



LEI nº 4.135, de 28 de dezembro de 2007

Dispõe sobre a criação da Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem – ConParq e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM APROVA e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criada a Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem – ConParq, dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro no Município de Contagem, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com prazo de duração indeterminado.

§1º A Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes integra a administração pública indireta do Poder Executivo Municipal, com autonomia orçamentária, financeira, patrimonial e auto-organizacional, dentro dos limites previstos nesta Lei.

§2º Para os efeitos de aplicação desta Lei a expressão "Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes", "Fundação" e "ConParq" se equivalem.

Art. 2º A Fundação reger-se-á pelas disposições da presente Lei, pelo seu Regimento Interno, a ser aprovado por Decreto, e pelas demais normas de direito aplicáveis.

Art. 3º A Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem tem como objetivo preservar e desenvolver parques, unidades de conservação, áreas verdes e de preservação ambiental municipais, assegurar a funcionalidade e o bom aspecto de praças e jardins em logradouros públicos, visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos no Município.

Art. 4º Compete à Fundação:

I - coordenar o planejamento, a gestão e a manutenção de parques, unidades de conservação, áreas verdes e de preservação ambiental do Município;

II - coordenar o planejamento, a gestão e a manutenção de praças, jardins, canteiros e arborização urbana em logradouros públicos municipais;

III - promover atividades sistemáticas de conscientização da comunidade voltadas para a proteção e valorização dos recursos florísticos e faunísticos;

IV - executar a promoção, autorização e organização de atividades de lazer e recreação em áreas sob sua gestão;

V - coordenar a articulação com entidades públicas, privadas e com a comunidade visando o aprimoramento de seus recursos técnicos e operacionais.

- VI - desenvolver, coordenar e avaliar projetos relativos ao aprimoramento dos parques, unidades de conservação e áreas verdes e de preservação ambiental no Município;
- VII - planejar e executar obras e serviços de implantação e manutenção de parques, unidades de conservação, áreas verdes e de preservação ambiental;
- VIII - promover, autorizar e organizar a realização de eventos em parques e outras áreas sob sua gestão, em consonância com os órgãos responsáveis por seu licenciamento;
- IX - fiscalizar a arborização urbana e autorizar o plantio de espécimes arbóreos nas áreas de domínio público, bem como autorizar a poda, transplante e supressão de espécimes arbóreos existentes no território municipal;
- X - conceder autorização a terceiros, garantido o interesse público, para implantação, reforma e adoção de parques, áreas verdes, praças, jardins e canteiros em logradouros públicos;
- XI - receber, registrar, zelar e utilizar adequadamente insumos e materiais adquiridos ou doados por terceiros e os oriundos de compensações ambientais;
- XII - promover a captação de recursos junto a fontes de financiamentos públicas e privadas, como também firmar acordos e convênios de cooperação técnica e/ou financeira para o desenvolvimento de pesquisas, estudos, planos, programas e projetos em sua área de atuação;
- XIII - promover intercâmbio com centros de pesquisas e documentação, assegurando o livre e amplo acesso às informações básicas em sua área de atuação, divulgando-as sistematicamente;
- XIV - promover as articulações necessárias com comunidades, órgãos e entidades envolvidos nos programas dos parques, unidades de conservação e áreas verdes e de preservação ambiental municipais, visando ao bom desempenho de seus objetivos;
- XV - propor a criação de novos parques, unidades de conservação, áreas verdes e praças;
- XVI - coordenar a execução de suas atividades administrativas e financeiras;
- XVII - firmar convênios com órgãos e entidades públicos ou privados, nas esferas municipal, estadual e federal, visando à prestação de seus serviços;
- XVIII - definir políticas de capacitação dos recursos humanos da Fundação, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados por seus servidores;
- XIX - promover a preservação dos bens, instalações, equipamentos e serviços que integram o patrimônio da Fundação ou o patrimônio público municipal que estejam sob sua responsabilidade;
- XX - exercer atividades de fiscalização, como atividades de polícia administrativa, no controle e preservação dos parques e áreas verdes municipais, na execução das ações de vigilância em articulação com os demais órgãos e entidades governamentais, com observância do devido processo legal.
- XXI - exercer outras atividades correlatas.

Art. 5º A autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Fundação, bem como as prerrogativas e os direitos inerentes à sua personalidade jurídica de ente público descentralizado serão exercidas, especialmente, pela capacidade de:

I - gestão administrativa:

- a) organizar o quadro de pessoal com qualificação profissional adequada ao pleno desempenho das atribuições da Fundação, de acordo com seus recursos orçamentários, de forma a garantir a qualidade de seus serviços e ações;
- b) normatizar a gestão de recursos humanos, definindo critérios e condições de admissão e contratação permanente ou não de pessoal, observada a legislação vigente;
- c) instituir políticas permanentes de formação e desenvolvimento de seu quadro de pessoal;

- d) zelar pelo cumprimento das normas disciplinares e, se for necessário, encaminhar à Corregedoria Municipal os casos a serem apurados;
- e) estabelecer a política de organização interna de serviços e sua modernização;
- f) realizar os procedimentos referentes a compras, licitação e contratos administrativos;
- g) estabelecer sua própria política de aquisição, utilização e manutenção de materiais, serviços e equipamentos.

II - gestão orçamentária, financeira e patrimonial:

- a) elaborar a proposta orçamentária, discriminando receitas e despesas com base na estimativa da produção de serviços de seu Plano Anual de Trabalho;
- b) administrar os recursos financeiros, os bens móveis e imóveis que estejam sob sua responsabilidade por força de lei, convênio, consórcio, delegação ou qualquer outro instrumento congênere;
- c) controlar a execução orçamentária e a aplicação das dotações e recursos financeiros, bem como estabelecer normas internas de execução e controle do orçamento e remanejamento de verbas, sem prejuízo dos demais controles e/ou tutelas administrativas exercidos pela administração direta do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º A Fundação é constituída pelos órgãos integrantes de sua estrutura organizacional, sujeitos à subordinação hierárquica, submetidos à direção superior de seu dirigente.

Art. 7º A Estrutura da Fundação compreende a Presidência e os níveis hierárquicos previstos nesta Lei e regulamentados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Os órgãos da Fundação obedecerão ao seguinte escalonamento hierárquico:

I - 1º grau hierárquico: Presidência

II - 2º grau hierárquico: Coordenadoria

III - 3º grau hierárquico: Diretoria

IV - 4º grau hierárquico: Gerência

Art. 8º São atribuições do cargo de Presidente dirigir e responsabilizar-se pelas atividades da Fundação.

Art. 9º Compete ao Presidente da Fundação:

- I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos sob sua vinculação;
- II - representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- III - ordenar as despesas da Fundação;
- IV - planejar, normatizar, implantar, coordenar e avaliar o sistema de gerenciamento do patrimônio;
- V - aprovar a proposta de orçamento anual da Fundação;
- VI - planejar, normatizar, implantar, coordenar e avaliar o sistema de gerenciamento do patrimônio da Fundação;
- VII - praticar atos de administração de pessoal no âmbito da Fundação, aplicar a penalidade disciplinar relativa a advertência e encaminhar a Corregedoria Municipal para conhecimento e providências cabíveis;

VIII - indicar os ocupantes de cargo ou função de confiança da Fundação, cuja nomeação dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

IX - assinar convênios, contratos, demais acordos e seus respectivos aditamentos;

X - expedir atos normativos referentes a assuntos de sua competência;

XI - apresentar ao Chefe do Executivo Municipal relatório anual de sua gestão

XII - executar outras tarefas que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10 Fica criado o Conselho Fiscal, cujos membros serão designados pelo Presidente da Fundação, e será composto por:

I - 01 (um) representante da Administração Pública Municipal;

II - 01 (um) representante da sociedade civil;

III-01 (um) representantes da Câmara Municipal de Contagem.

§1º O Conselho Fiscal será presidido por um dos Conselheiros, eleito entre os próprios membros.

§2º Os Conselheiros terão mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§3º O mandato de Conselheiro é considerado serviço público relevante, exercido gratuitamente.

§4º Haverá um suplente para cada Conselheiro, que o substituirá em seus impedimentos e ausências ocasionais, obedecida a mesma representação e critério de escolha, tendo as mesmas atribuições do Conselheiro que estiver substituindo.

§5º O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente 01 (uma) vez por trimestre e extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho ou do Presidente da Fundação.

§6º Os Conselheiros e suplentes deverão ter curso superior e atender aos demais requisitos para a posse, conforme disposto no Regimento Interno, que estabelecerá os casos de impedimentos, de dispensa ou de vacância.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO E RECEITAS PRÓPRIAS

Art. 11 O patrimônio da Fundação será formado:

I – pelos bens móveis a serem transferidos por ato do Chefe do Poder Executivo;

II – pela “Área Institucional nº 01”, medindo 4.471,65 m² (quatro mil, quatrocentos e setenta e um metros quadrados e sessenta e cinco decímetros quadrados), localizada no Bairro Residencial Vale das Orquídeas, aprovado pelo Decreto nº 689, de 12 de junho de 2007;

§1º Os bens e direitos da Fundação serão utilizados e aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos e finalidades.

§2º Em caso de extinção, os bens e direitos da Fundação serão incorporados ao patrimônio do Município.

Art. 12 Constituem receitas da Fundação:

I - receitas de capital;

II - transferências consignadas na Lei Orçamentária Anual do Município e as advindas de créditos adicionais.

III - rendas provenientes de convênios, contratos, acordos e outros ajustes;

- IV - transferências de receitas, subvenções, doações, legados, contribuições, auxílios e repasses de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;
- V - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;
- VI - renda resultante da remuneração de serviços prestados;
- VII - renda patrimonial, inclusive a proveniente de concessão e permissão de uso de bens imóveis;
- VIII - subvenção ou auxílio de órgão ou entidade pública ou privada, nacional, estrangeira ou internacional;
- IX - recurso proveniente de incentivo fiscal;
- X - contribuição e donativos em geral;
- XI - empréstimos;
- XII - outras receitas, legalmente constituídas.

Parágrafo Único. As receitas de que trata este artigo deverão ser aplicadas para o desempenho dos objetivos e finalidades da Fundação.

CAPÍTULO IV DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 13 O Quadro de Pessoal da Fundação será constituído:

- I - de servidores detentores de cargo de provimento efetivo, cujo ingresso far-se-á mediante concurso público;
- II - de servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão;
- III - de contratados temporários por excepcional interesse público, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único. Poderão desempenhar função na Fundação servidores públicos cedidos por órgão ou entidade de administração municipal, estadual ou federal, por tempo determinado, mediante celebração de convênio.

Art. 14. O quantitativo de cargos de provimento efetivo da Fundação são os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 15 O quantitativo de cargos de provimento em comissão da Fundação são os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 16 Os cargos em comissão da Fundação são de recrutamento amplo e o provimento de competência do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 17 Lei específica estabelecerá o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Fundação, com base nas seguintes diretrizes:

- I - critérios para ingresso, ocupação de cargos, movimentação, promoção e desenvolvimento educacional, técnico-profissional e cultural de seus servidores, objetivando atender às peculiaridades ou especificidades das atividades executadas, em função do pleno cumprimento das finalidades da Fundação;
- II - instituição de um sistema de incentivo à qualidade das ações, dos serviços e do trabalho em equipe, ao cumprimento de metas de atendimento e ao uso a plena capacidade instalada;
- III - adoção de procedimentos de avaliação de desempenho dos servidores e da entidade.

Art. 18 Os servidores do Quadro de Pessoal da Fundação serão regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Contagem e legislação complementar.

Art. 19 Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo e em comissão da Fundação são aqueles constantes dos Anexos I e III, respectivamente, desta Lei.

Art. 20 Os servidores lotados na Fundação, titulares dos cargos de provimento efetivo de Inspetor de Preservação de Áreas Verdes e em exercício farão jus a Gratificação por Desempenho de Atividade Fiscal – GAF, nos termos da lei específica.

Art. 21 A jornada de trabalho dos cargos de provimento efetivo da Fundação será definida no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, observado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo Único. Além do cumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo, o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração Municipal.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 A fundação manterá quadro de estagiários bolsistas com a finalidade de complementar a sua educação acadêmica nos cargos científicos correlatos.

Art. 23 A Fundação poderá ser extinta:

I - mediante lei;

II - mediante decisão judicial;

Art. 24 Os direitos, obrigações, contratos, convênios, processos e procedimentos administrativos, entre outros expedientes decorrentes do exercício das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, no que tange os serviços de administração e manutenção de parques, praças e jardins em logradouros, públicos serão assumidos pela Fundação, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 25 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conferir à Fundação, diretamente ou através de estabelecimento oficial de crédito, garantia do Município de Contagem em operações de crédito e financiamento.

Art. 26 Para atender às despesas decorrentes da criação desta Fundação, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar os saldos de dotações orçamentárias, em consonância com a legislação vigente, limitada aos recursos alocados nas dotações aprovadas, mediante abertura de créditos adicionais.

Art. 27 Fica a Fundação autorizada a adotar as medidas preliminares atinentes à sua organização e funcionamento, observado o disposto nesta Lei.

Art. 28 O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 29 Os procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários e financeiros da Fundação continuarão a cargo da Administração Direta até 31 de dezembro de 2008 ou até a data em que estiverem concluídas as medidas preliminares de que trata esta Lei.

Art. 30 As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 31 Revogam-se o art. 3º da Lei 3095, de 01 de setembro de 1998, o art. 3º da Lei nº 3.634, de 26 de dezembro de 2002, os incisos I e II do art. 29 da Lei nº 3.789, de 23 de dezembro de 2003, o inciso IX e XI do art. 32, o inciso III do art. 34 e os incisos IV e V do art. 38, da Lei Complementar nº 040, de 12 de julho de 2007.

Art. 32 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Registro, em Contagem, 28 de dezembro de 2007.

MARÍLIA APARECIDA CAMPOS
Prefeita de Contagem

LEI nº 4.135, de 28 de dezembro de 2007
ANEXO I

Classe de Cargos de Provedimento Efetivo

ORDEM	CARGO EFETIVO	NÍVEL DO CARGO	OBJETIVO GERAL DO CARGO	NÚMERO DE CARGO	VENCIMENTO INICIAL	FORMAÇÃO ESCOLAR
1	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	I	Prestar serviços técnicos de natureza administrativa, garantindo bom nível de organização, controle e interação com os usuários internos e externos, através da realização de atendimentos e execução de serviços burocráticos de caráter rotineiro.	20	580,00 40 horas semanais	Ensino Médio Completo
2	INSPECTOR DE PRESERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES	I	Exercer ação fiscalizadora, efetuar inspeções e vistoriar nos parques e nas áreas verdes, fazendo cumprir as normas contidas na legislação de proteção, preservação e melhoria do meio ambiente e demais normas aplicáveis.	4	580,00 40 horas semanais	Ensino Médio, Com habilitação para motocicleta e automóvel, categoria A e B
3	ADMINISTRADOR	II	Exercer atividades profissionais de nível superior, no campo da Administração, por meio de realização de pesquisas e estudos relacionados à sua área específica de atuação, planejamento e implantação de projetos de trabalho, coordenação técnica de atividades de outras pessoas, organização, estruturação, condução e liderança de atividades administrativas.	3	1.800,00 30 horas semanais	Curso superior em Administração de Empresas, devidamente reconhecido pelo MEC, com habilitação legal para o exercício da profissão.
4	ADVOGADO	II	Desenvolver e acompanhar atividades jurídicas de interesse da Fundação no âmbito administrativo, cível, trabalhista e comercial; elaborar convênios, acordos, contratos e similares; apresentar recursos em qualquer das instâncias; emitir pareceres para subsidiar decisões executivas; executar outras tarefas correlatas.	2	1.800,00 30 horas semanais	Ensino Superior em Direito, devidamente reconhecido pelo MEC, com habilitação legal para o exercício da advocacia.

5	ANALISTA DE TI	II	Projetar, analisar, executar e implantar projetos e sistemas estruturados nas diversas áreas da computação, desenvolver aplicações de software e realizar manutenção de hardware, além de realizar outras atividades correlatas, pertinentes à área de atuação.	2	1.800,00 30 horas semanais	Curso Superior de Ciência da Computação, ou Curso de Nível Superior específico da área de Computação (redes, análise de sistemas, manutenção de hardware)
6	ARQUITETO	II	Exercer atividade profissional de nível superior, no campo da Arquitetura, através do desenvolvimento de estudos, projetos, pareceres e planos destinados à realização de atividades de obras públicas, planejamento e desenvolvimento urbano do município, segurança do trabalho, meio ambiente e outras, e particular de elaboração de normas na sua área de atuação.	4	1.800,00 30 horas semanais	Curso superior de Arquitetura, devidamente reconhecido pelo MEC, com habilitação legal para o exercício da profissão.
7	BIÓLOGO	II	Exercer a atividade profissional de nível superior no campo da Biologia, emitindo pareceres técnicos, coordenando projetos e técnicos na área de preservação e conservação dos recursos e de arborização urbana e realizando outras atividades correlatas.	3	1.800,00 30 horas semanais	Bacharelado em Biologia, devidamente reconhecido pelo MEC, com registro no Conselho Profissional.
8	CONTADOR	II	Exercer atividade profissional de nível superior, no campo das Ciências Contábeis., emitindo pareceres técnicos, realizando projetos e atividades correlatas em sua área de atuação.	2	1.800,00 30 horas semanais	Ensino Superior em Ciências Contábeis, devidamente reconhecido pelo MEC, com registro no Conselho Profissional.
9	ENGENHEIRO	II	Exercer atividade profissional de nível superior, no campo da Engenharia, através do desenvolvimento de estudos, projetos, pareceres e planos destinados à realização de atividades de obras públicas,	4	1.800,00 30 horas semanais	Ensino Superior em Engenharia (Civil, Mecânica, Elétrica, de Agrimensura, de Segurança

			planejamento e desenvolvimento urbano, segurança do trabalho, meio ambiente e outras, e particular de elaboração de normas na sua área de atuação.			do Trabalho, etc.), devidamente reconhecido pelo MEC, com habilitação profissional para o exercício da profissão.
10	GEOGRÁFO	II	Exercer atividade profissional de nível superior, no campo da Geografia, organizando e executando atividades e projetos no campo de planejamento urbano e recuperação de áreas degradadas do espaço físico territorial municipal, elaborando base cartográfica, contribuindo com projetos pedagógicos de educação ambiental, além de realizar outras atividades correlatas.	2	1.800,00 30 horas semanais	Bacharelado em Geografia, devidamente reconhecido pelo MEC, com registro para o exercício legal da profissão.
11	JORNALISTA	II	Exercer atividade de nível superior, no campo do Jornalismo, através da produção de reportagens e notícias de interesse público e institucional, da coordenação e realização de pesquisas de opinião pública, desenvolvimento e acompanhamento das atividades de proteção da imagem da instituição junto aos públicos internos e externos, bem como promoção do relacionamento da instituição com a imprensa.	2	1.800,00 30 horas semanais	Curso superior em Comunicação Social, com ênfase em Jornalismo, devidamente reconhecido pelo MEC, com registro para o exercício legal da profissão.
12	PUBLICITÁRIO	II	Exercer atividade profissional de nível superior, no campo da Publicidade, através do planejamento, promoção e coordenação da publicidade de interesse da instituição, além de executar outras atividades correlatas, pertinentes ao cargo.	2	1.800,00 30 horas semanais	Curso superior em Comunicação Social com ênfase em Publicidade, devidamente reconhecido pelo MEC, com registro para o exercício legal da profissão.
13	TÉCNICO EM AGRONOMIA	III	Exercer atividade profissional de nível médio, no campo da Agronomia, através da realização de	3	1.100,00 40 horas semanais	Ensino Médio Completo com conhecimentos específicos na

			estudos, pesquisas, vistorias e projetos de média complexidade, verificando o cumprimento dos padrões técnicos e das normas vigentes, além de executar outras atividades correlatas, pertinentes ao cargo.			área de Agronomia
14	TÉCNICO EM ENGENHARIA	III	Exercer atividade profissional de nível médio, no campo da Engenharia e/ou Arquitetura, através da realização de estudos, pesquisas, vistorias e projetos de média complexidade, verificando o cumprimento dos padrões técnicos e das normas vigentes, além de executar outras atividades correlatas, pertinentes ao cargo.	3	1.100,00 40 horas semanais	Ensino Médio Completo com conhecimentos específicos na área de engenharia e/ou arquitetura.

LEI nº 4.135, de 28 de dezembro de 2007
ANEXO II

Quadro Quantitativo Geral de Cargos de Provimento em Comissão

QUANT.	CARGO	NÍVEL	CÓDIGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - CPC	FORMA DE PROVIMENTO	REQUISITO PARA PROVIMENTO	ATRIBUIÇÕES
04	Encarregado	I	1 a 6	Ampla	Preferencialmente Ensino Médio Completo	Auxiliar em atividades administrativas ou técnicas de baixa complexidade.
03	Oficial de Gabinete	II	7 a 9	Ampla	Ensino Médio Completo	Auxiliar o gabinete em atividades administrativas de média e alta complexidade.
02	Assessor Operacional	II	10 a 12	Ampla	Preferencialmente Ensino Médio Completo	Assessoramento aos órgãos de segundo e terceiro graus hierárquicos na consecução dos projetos e atividades concernentes às áreas operacionais.
01	Secretária de Gabinete	III	13	Ampla	Preferencialmente Ensino Superior completo	Planejar, organizar, dirigir e executar os serviços típicos de uma secretária de gabinete da Presidência.
01	Assessor Administrativo	III	14 e 15	Ampla	Preferencialmente Ensino Superior completo	Assessoramento aos órgãos de segundo e terceiro graus hierárquicos na consecução dos projetos e atividades concernentes às respectivas áreas de atuação.
07	Gerente	III	16 a 22	Ampla	Preferencialmente Ensino Superior completo	Gerenciamento da execução dos projetos e atividades do órgão a que se vincule.
01	Assessor Técnico	IV	23 a 25	Ampla	Preferencialmente Ensino Superior completo	Assessoramento técnico aos órgãos de segundo e terceiro graus hierárquicos na elaboração dos projetos e condução das atividades concernentes às respectivas áreas de atuação.
03	Diretor	IV	26 a 28	Ampla	Preferencialmente Ensino Superior completo	Direção das atividades do órgão a que se vincule.
03	Coordenador	V	29 a 31	Ampla	Preferencialmente Ensino Superior completo	Coordenar os projetos e atividades da Coordenadoria.
01	Assessor Jurídico	V	32	Ampla	Bacharelado em Direito, com habilitação legal para o exercício da profissão.	Assessoramento jurídico ao Presidente e aos órgãos da Fundação.
01	Assessor de Comunicação	V	33	Ampla	Nível Superior de Escolaridade	Assessoramento ao Presidente e aos órgãos da Fundação na formulação das políticas e elaboração e condução dos projetos concernentes às áreas de comunicação social.
01	Presidente	Nível Especial	34	Ampla	Nível Superior de Escolaridade	Direção superior da Fundação.

LEI nº 4.135, de 28 de dezembro de 2007

ANEXO III

**Tabela de Vencimento
Cargos de Provimento em Comissão**

Nível	Vencimento
I	560,19
II	1.038,24
III	1.685,92
IV	2.495,18
V	3.692,87